



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**AVISO DE DESFAZIMENTO - EDITAL DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS  
INSERVÍVEIS Nº 12/2021 – 25/08/2021**

**Processo Administrativo nº JFRJ-ADM-2021/00286 – SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE  
MACAÉ**

**A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por intermédio da Comissão para Alienação de Bens Permanentes, designada pela Portaria JFRJ-PSG-2021/00005, de 7 de maio de 2021, torna público o presente procedimento de alienação, mediante doação/transferência, com base na Lei nº 8666/93, artigo 17, inciso II, alínea "a", no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 e na Resolução nº CJF-RES-2017/00462 de 06 de novembro de 2017, dos bens permanentes inservíveis à Administração, mediante as condições e exigências constantes no processo administrativo em epígrafe, no presente Edital e em seu anexo.

Os interessados na obtenção de doações/transferências de materiais permanentes listados no(s) anexo(s) deste Aviso de Desfazimento deverão observar as seguintes condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS CANDIDATOS**

1.1 O atendimento aos pedidos de doação/transferência obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

- a) órgãos da Justiça Federal;
- b) Demais órgãos do Poder Judiciário da União;
- c) Órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, suas autarquias e fundações;

1



Assinado com senha por RUBENS GLÓRIA FILHO.  
Documento Nº: 3206493.28682554-9631 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3206493.28682554-9631>



JFRJADM202100286V01



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- d) Órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal;
- e) Órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal e suas autarquias e fundações públicas;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e entidades beneficentes de assistência social;
- g) Associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

1.2 Na hipótese de oferta de bens antieconômicos, os órgãos federais interessados nos bens classificados como bens antieconômicos deverão apresentar justificativa da viabilidade econômica de sua manutenção (Instrução Normativa nº 24-14/2008-TRF-2ª Região c/c artigo 27, I e parágrafo único, e artigo 33, I e parágrafo 1º, da Resolução CJF-RES-2017-00462, do Conselho da Justiça Federal)

1.3 Não havendo interesse dos órgãos e entidades mencionados nas linhas "a", "b" e "c" deste item, para os bens ociosos e recuperáveis, estes poderão ser doados a entidade da linha "d" e "e", obedecida a ordem de prioridade;

1.4 Não havendo interesse dos órgãos e entidades mencionados na linha "f" deste item, para os bens irrecuperáveis, esses poderão ser doados a entidade da linha "g";

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PEDIDO DE DOAÇÃO/TRANSFERÊNCIA

2.1 Os pedidos de doação/transferência deverão ser dirigidos à Secretaria Geral da Seção Judiciária do Rio de Janeiro com a indicação do número deste Aviso e do(s) lote(s) pretendido(s).

2.2 As solicitações poderão ser enviadas para os seguintes endereços:

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Rua Almirante Barroso nº 78, 12º andar - Centro – Rio de Janeiro – RJ  
CEP 20.031-001

**Endereço eletrônico: [tssepat@jfrj.jus.br](mailto:tssepat@jfrj.jus.br)**

2.3 O interessado deverá encaminhar juntamente com o pedido de doação/transferência os seguintes documentos:

2.3.1 Órgãos ou entidades da Administração Pública de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) Documentos pessoais do representante legal;
- b) Cópia do ato de designação do representante legal;
- c) Cópia do ato que lhe dá competência para praticar os atos decorrentes como donatário;

2.3.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP):

- a) Documentos pessoais do representante legal;
- b) Estatuto, Regimento ou Ato correspondente no qual estejam expressos os poderes do representante legal para exercer direitos e assumir obrigações em nome da pessoa jurídica;
- c) Certificado de Qualificação emitida pelo Ministério da Justiça;
- d) Certidão negativa de débito com os tributos federais e com o FGTS.

2.3.3 Associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006:

- a) Documentos pessoais do representante legal;
- b) Estatuto, Contrato Social ou Ato correspondente no qual estejam expressos os poderes do representante legal para exercer direitos e assumir obrigações em nome da pessoa jurídica;
- c) Estatuto, Contrato Social ou Ato correspondente que comprove que a associação ou cooperativa estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda e que não possuam fins lucrativos;

d) Declaração das respectivas associações e cooperativas de que possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e

e) Declaração que apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

2.3.4. Certidões colhidas na internet ficam condicionadas à verificação de autenticidade pela Comissão de Alienação.

2.3.5. A Comissão poderá diligenciar com vistas a confirmar a veracidade da declaração supracitada.

2.3.6. Serão indeferidos os requerimentos:

a) de pessoa física ou jurídica não enquadradas no item 1 deste edital;

b) os apresentados intempestivamente;

c) os apresentados em desacordo com o estabelecido neste edital;

d) os desacompanhados dos documentos listados no item 2.3, e seus subitens, do presente edital; e

e) os não protocolados nos endereços indicados no subitem 2.2 deste edital.

2.3.7 O pedido de doação/transferência efetuado por Órgãos ou entidades da Administração Pública de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão indicar o nome da pessoa jurídica de direito público, o CNPJ, endereço, telefone, nome do representante legal e a pessoa credenciada que detenha poderes para assinar o termo de doação e receber os bens e deverá ser assinado pela autoridade com competência para autorizar a incorporação dos bens no acervo do órgão ou entidade postulante;

2.3.8. Os pedido de doação efetuados por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e associações ou cooperativas que atendam aos requisitos do Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006, deverão indicar o nome da pessoa jurídica de direito privado, o CNPJ, endereço, telefone, nome do representante legal e a pessoa credenciada que detenha poderes para assinar o termo de doação e receber os bens;





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

3.1 Havendo mais de um órgão ou entidade do mesmo grau de preferência, o desempate será feito por sorteio.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 O prazo para solicitação será de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao da data de publicação deste aviso no sítio da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e no SIAFI.

4.2 O prazo para apresentação da(s) cópia(s) autenticada(s), ou do(s) documento(s) original(is) encaminhado(s) por meio eletrônico, será de 48 horas, contadas da data de confirmação do recebimento Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

4.3 O resultado, com os órgãos e entidades que receberão os bens, será publicado no sítio da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no prazo de 05 dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao da conclusão do prazo para recebimento de pedidos de doação, podendo ser prorrogado, quando devidamente justificado.

4.4 A retirada dos bens doados/transferidos deverá ser efetuada em horário previamente agendado com a Seção de Patrimônio e não poderá exceder a 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação ou publicação da relação dos órgãos ou entidades que receberão os bens, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo único. Os bens que não forem retirados no prazo fixado no item 4.4 poderão ser destinados a outros interessados, observando-se os critérios de preferência e de desempate previstos no aviso.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DA RETIRADA DO MATERIAL

5.1. Após a emissão do Termo de Doação/Transferência, o órgão, empresa ou instituição beneficiados serão convocados a retirar o material na **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MACAÉ – RODOVIA RJ-168 – KM 4 – VIRGEM SANTA**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de revogação da doação/transferência.

5.2. O material deverá ser retirado pelo beneficiário mediante identificação e assinatura dos termos próprios, os quais lhe serão apresentados na ocasião, em horário agendado





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

junto à Seção de Patrimônio, pelo e-mail [tssepat@jfrj.jus.br](mailto:tssepat@jfrj.jus.br) ou pelo telefone (21) 3218-7060.

5.2.1. As despesas com o carregamento e o transporte dos materiais de bens doados/transferidos correrão por conta do beneficiado.

5.3. Não será permitida a devolução de materiais em nenhuma hipótese.

5.4. Os beneficiários, sempre que se apresentarem na Justiça Federal, deverão trajar roupas condizentes com a sobriedade do órgão, vedados shorts, bermudas, microssaias, camisetas cavadas, transparências, roupas rasgadas etc.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DA CONCRETIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

6.1. A doação/transferência somente será concretizada após a homologação dos atos praticados pela Comissão de Alienação e pelo juiz federal diretor do foro, ou quem suas vezes fizer.

6.2. Após a homologação, serão emitidos os Termos de Doação/Transferência que deverão ser assinados pelos representantes da Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro e pelo órgão ou entidade beneficiário.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Os alienatários e beneficiários da transferência se responsabilizarão pela destinação final ambientalmente adequada dos bens móveis inservíveis.

7.2. Os nomes dos órgãos ou entidades agraciados com a doação/transferência serão publicados na internet, no sítio do doador, em até 10 (dez) dias úteis após a conclusão da doação.

7.3. Havendo doação às organizações da sociedade civil de interesse público, a autoridade responsável comunicará o fato ao órgão do Ministério Público responsável pela fiscalização das organizações da sociedade civil de interesse público do respectivo estado da entidade beneficiada.

7.4 Os casos omissos serão examinados pela Subsecretaria de Contratações e Material e submetidos à Secretaria Geral para conhecimento e deliberação.





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## 8. CLÁUSULA OITAVA - BASE LEGAL

8.1. Compõem a fundamentação legal desta procedimentos as seguintes normas:

- a) Decreto nº 9.373, de 11/05/2018;
- b) Resolução CJF nº 462, de 06/11/2017;
- c) Lei nº 12.305, de 02/08/2010;
- d) Lei nº 8.666, de 21/06/1993;
- e) Lei nº 9.784, de 29/01/1999;
- f) Lei nº 9.504, de 30/09/1997;
- g) Decreto nº 5.940, de 25/10/2006.

### ANEXO

Será disponibilizado, juntamente com o aviso de desfazimento, 1(um) lote no portal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e no SIAFI, conforme relação anexa ao Processo nº JFRJ-ADM-2021/00286, conforme listagem abaixo:

Lote 01 - Mobiliário - Ap. Comunicação – Equip. Diversos

Macaé, 25 de Agosto de 2021

Comissão para Alienação de Bens Permanentes - Portaria JFRJ-PSG-2021/00005





Poder Judiciário  
Justiça Federal de Primeiro Grau  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Contratações e Material

25/08/2021 11:42:04

## Relatório Analítico de Bens Móveis LOTE 01

**Órgão:** 001 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO - SJRJ  
**U.G.:** 090016 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO - SJRJ  
**Unidade Administrativa:** 00003109 - MACAE - BENS PARA AVALIACAO - SGE/CSOP/SESOP-MC  
**Responsável:** ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO

**Endereço:** 00448 - ROD. RJ-168 - KM 4 - VIRGEM SANTA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Garantia	Situação Física	Conta	Data de Aquisição	Valor Bruto	Valor Líquido
1	012559	23571	ARMARIO EM ACO P1 COM PORTA EM MADEIRA		RECUPERAVEL	123110303	30/01/2001	60,00	60,00
2	025533	28278	BEBEDOURO DE GARRAFAO - MARCA: EZ - MODELO: 20 LITROS		OCIOSO	123110125	25/02/2003	21,90	21,90
3	027378	28709	ESTANTE EM MADEIRA PARA GABINETE - JUIZ		OCIOSO	123110303	26/02/2003	180,00	180,00
4	027380	28711	ESTANTE EM MADEIRA PARA GABINETE - JUIZ		OCIOSO	123110303	26/02/2003	180,00	180,00
5	028464	31258	MESA PARA MICROCOMPUTADOR EM MADEIRA		IRRECUPERAVEL	123110303	26/02/2003	40,00	40,00
6	028628	31163	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO		ANTI ECONOMICO	123110303	31/01/2003	35,00	35,00
7	028632	31167	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO		ANTI ECONOMICO	123110303	31/01/2003	35,00	35,00
8	028648	31183	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO		ANTI ECONOMICO	123110303	31/01/2003	35,00	35,00
9	028649	31184	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO		ANTI ECONOMICO	123110303	31/01/2003	35,00	35,00
10	028650	31185	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO		ANTI ECONOMICO	123110303	31/01/2003	35,00	35,00
11	028760	30800	CADEIRA AUDIENCIA PARTES		RECUPERAVEL	123110303	30/06/2003	60,00	60,00
12	033760	46199	CADEIRA INTERLOCUTOR DIRETOR		OCIOSO	123110303	01/06/2004	40,00	40,00
13	033761	46200	CADEIRA INTERLOCUTOR DIRETOR		OCIOSO	123110303	01/06/2004	40,00	40,00
14	037502		APARELHO TELEFONICO DIGITAL - MARCA: NEC - MODELO: D TERM I DTR-16D-1(WH)	29/09/2004 a 29/09/2005	OCIOSO	123110102	07/10/2004	155,42	31,08
15	037665		APARELHO TELEFONICO DIGITAL - MARCA: NEC - MODELO: D TERM I DTR-16D-1(WH)	10/01/2005 a 10/01/2006	OCIOSO	123110102	28/12/2004	132,00	26,40
16	037666		APARELHO TELEFONICO DIGITAL - MARCA: NEC - MODELO: D TERM I DTR-16D-1(WH)	10/01/2005 a 10/01/2006	OCIOSO	123110102	28/12/2004	132,00	26,40
17	037669		APARELHO TELEFONICO DIGITAL - MARCA: NEC - MODELO: D TERM I DTR-16D-1(WH)	10/01/2005 a 10/01/2006	OCIOSO	123110102	28/12/2004	132,00	26,40
18	037695		APARELHO TELEFONICO DIGITAL - MARCA: NEC - MODELO: D TERM I DTR-16D-1(WH)	10/01/2005 a 10/01/2006	OCIOSO	123110102	11/01/2005	132,00	26,40
19	053285		CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO	08/04/2005 a 08/04/2010	ANTI ECONOMICO	123110303	06/04/2005	42,00	42,00
20	053286		CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONARIO	08/04/2005 a 08/04/2010	ANTI ECONOMICO	123110303	06/04/2005	42,00	42,00
21	054427		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO	01/07/2005 a 01/07/2010	RECUPERAVEL	123110303	15/06/2005	70,00	7,00







Poder Judiciário  
Justiça Federal de Primeiro Grau  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
Subsecretaria de Contratações e Material

25/08/2021 11:42:04

## Relatório Analítico de Bens Móveis (Ordenado por Patrimônio - Agrupado por U.A./Endereço)

**Órgão:** 001 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO - SJRJ  
**U.G.:** 090016 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO - SJRJ  
**Unidade Administrativa:** 00003109 - MACAE - BENS PARA AVALIACAO - SGE/CSOP/SESOP-MC  
**Responsável:** ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO

**Endereço:** 00448 - ROD. RJ-168 - KM 4 - VIRGEM SANTA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Garantia	Situação Física	Conta	Data de Aquisição	Valor Bruto	Valor Líquido
22	054428		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO	01/07/2005 a 01/07/2010	RECUPER AVEL	123110303	15/06/2005	70,00	7,00
23	060887		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO	28/08/2006 a 28/08/2011	RECUPER AVEL	123110303	17/07/2006	80,00	8,00
24	062911		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO	10/04/2007 a 10/04/2012	RECUPER AVEL	123110303	10/04/2007	85,00	8,50
25	065068		APARELHO TELEFONICO SEM FIO - MARCA: PANASONIC - MODELO: KX-TG 2815 LBW - SERIE FABRICANTE: 7FAAC067287		OCIOSO	123110102	30/08/2007	64,62	12,92
26	068290		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO		OCIOSO	123110303	30/04/2008	95,00	9,50
27	068477		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO		OCIOSO	123110303	04/06/2008	95,00	9,50
28	068948		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO		OCIOSO	123110303	08/05/2008	95,00	9,50
29	068949		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO		RECUPER AVEL	123110303	08/05/2008	95,00	9,50
30	068952		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO		RECUPER AVEL	123110303	08/05/2008	95,00	9,50
31	068953		CADEIRA ERGONOMICA PARA FUNCIONARIO		RECUPER AVEL	123110303	08/05/2008	95,00	9,50
32	073013		LONGARINA EM METAL - DESCRICAO: COM 04 LUGARES	10/12/2009 a 10/12/2014	ANTI ECONÔMI CO	123110303	10/12/2009	220,00	22,00
33	073014		LONGARINA EM METAL - DESCRICAO: COM 04 LUGARES	10/12/2009 a 10/12/2014	ANTI ECONÔMI CO	123110303	10/12/2009	220,00	22,00
34	089537		APARELHO TELEFONICO DIGITAL - MARCA: NEC - MODELO: D TERM I DTR-16D-1(WH) - SERIE FABRICANTE: BH05967194	10/01/2012 a 09/01/2013	OCIOSO	123110102	10/01/2012	550,00	157,64
<b>Total por Endereço:</b>								3.493,94	1.319,64
<b>Total por U.A.:</b>								3.493,94	1.319,64
<b>Total por U.G.:</b>								3.493,94	1.319,64
<b>Total por Órgão:</b>								3.493,94	1.319,64
<b>Total Geral:</b>								3.493,94	1.319,64

